



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
BRASÍLIA/DF, 07 de MARÇO DE 2007.**

ATA DA XXI REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSEA

1
2 Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia sete de março do ano de dois
3 mil e sete, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à praça
4 dos Três Poderes, s/nº, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente,
5 Francisco Menezes, foi realizada a XXI Reunião Plenária do Conselho
6 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do
7 Presidente da República, instituído através da Lei nº 10.683, de 28 de maio
8 de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº
9 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de
10 dezembro de 2004. Registrou-se a presença dos membros representantes
11 da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Alberto Ercílio Broch; Ana
12 Maria Salles Placidino; Ariovaldo Ramos dos Santos; Azelene Inácio
13 Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Christiane Gasparini
14 Araújo Costa; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha Oliveira Cunha;
15 Edmar Guariento Gadelha; Elza Maria Franco Braga; Francisco Menezes;
16 Gleyze Maria Couto Peiter; José Arimatéia Rodrigues França; José Ribamar
17 Araújo e Silva; Malaquias Batista Filho; Maria Emília Pacheco; Moisés
18 Machado; Naidison de Quintella Baptista; Matias Martinho Lenz; Rolf
19 Schümemann; Sillas dos Santos Vieira; Pedro Makumbundu Kitoko; Regina
20 da Silva Miranda; Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade; Ubiraci Dantas de
21 Oliveira; e Werner Fuchs. Registrou-se as presenças dos seguintes
22 suplentes dos representantes da Sociedade Civil: Aldenora Pereira da Silva;
23 Ana Maria Segall Correa; Celiana Barbosa Pereira; Estanislau da Silva
24 Salles. Registrou-se a presença dos seguintes representantes
25 governamentais no CONSEA: André Roberto Spitz – AESP/PR; Albaneide
26 Peixinho – FNDE/MEC; Gilson Alceu Bittencourt – MF; Ana Beatriz Pinto de
27 Almeida Vasconcellos – MS; José Geraldo França Diniz – MP; Roberto
28 Marinho Alves da Silva - Ministério do Trabalho e Emprego; Enid Rocha –
29 SG/PR; Roberto Vizentin - Ministério do Meio Ambiente; Márcia Helena
30 Carvalho Lopes - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
31 Sônia Lúcia dos Santos Reis Alves – Ministério das Cidades. Registrou-se a
32 presença dos membros observadores: Selvino Heck - Assessoria
33 Especial/PR; Nildes de Oliveira Andrade - Comissão Intersetorial de
34 Alimentação e Nutrição – Conselho Nacional de Saúde; José Tubino – FAO;
35 Meiry Andrea Borges David/Talher Nacional; Milton Rondó Filho – Ministério
36 das Relações Exteriores. Registrou-se a presença dos seguintes convidados
37 e assessores: Adriana Aranha - MDS, Adriana Santos – AESP/PR, Alaíde
38 Oliveira do Nascimento - FNDE, Alexander N. de Albuquerque, Bianca
39 Lazarini Cunha, Bianca Martins Bastos, Carlos José do Valle – MMA, Elaine



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

40 Martins Pasquim, Flamarion Castro Alves de Vasconcelos, Flávio de Andrade
41 Martins – OCB, Gilmar Trindade dos Santos, Jales José de Oliveira – SEDH,
42 Karen Santana de Almeida, Léa Rocchi Sales - MDS, Lécio Lima Costa –
43 AESP/PR, Luana Lazzeri Arantes – MDS, Luciana Batista de Sá – SEPPIR,
44 Luciana Cassiano Machado, Marcelo Moreira – MI, Marcelo Dias da Costa –
45 SG/SNAS, Maria do Carmo de Jesus Botafogo – FNDE, Mari Carmem Rial Del
46 Gerpe - MRE, Meiry Andréa Borges David - Talher, Michele Lessa de Oliveira
47 - MS, Marília Leão - ABRANDH, Nilson Figueiredo Filho - MDS, Noemi M.
48 Kiefta – MMC, Patrícia Chaves Gentil - MS, Paula Balduino, Rocilda S.
49 Moreira – CONAB, Thaís Franceschini – ABRANDH; Terezinha B. Maglia.
50 Pauta: PERÍODO DA MANHÃ: - 1. Aprovação da Ata da XIX e XX Plenária e da
51 Pauta – 9h às 9:15; 2. Informes – primeira parte - 9:15 às 10:30 (incluindo
52 Informes sobre a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e
53 Informes do MDS); 3. Plano de Aceleração do Crescimento - PAC e o PPA 2008-
54 2011- 10:30 às 12h, incluindo Apresentação do PAC, Apresentação da Proposta de
55 elaboração do PPA 2008-2011 e Debate e encaminhamentos. PERÍODO DA TARDE:
56 3. Informes – segunda parte - 14h às 14:30h; 4. Relatório do Grupo Proposta GT
57 Indicadores e Monitoramento – 14:30 às 15:30, incluindo Apresentação do
58 Relatório e Debate e Encaminhamentos; 6. Relatório do Grupo de Trabalho
59 Alimentação Adequada e Saudável – 15:30 às 16:30, incluindo Apresentação do
60 Relatório; e Debate e Encaminhamentos. 7. Planejamento 2007 – 16:30h às
61 17:30, incluindo Propostas das Instâncias e Debate e Encaminhamento; 8.
62 Encaminhamento das Instâncias – 17:30 às 18h; e 9. Encerramento – 18h. O
63 Presidente Francisco Menezes convidou a Secretária Executiva do Ministério do
64 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Senhora Márcia Lopes, para
65 compor a mesa dos trabalhos, informando que o Ministro do MDS não pode estar
66 presente em função de convocação pelo Sr. Presidente da República. Agradecendo
67 a pontualidade de todos, o Presidente do CONSEA consultou os conselheiros
68 quanto à Pauta da Reunião, a qual foi aprovada por unanimidade, sem alterações.
69 Informou que constava da pasta dos conselheiros cópia da Ata da XIX Reunião
70 Plenária, 26 de setembro de 2006, solicitando que todos a revisassem e enviassem
71 posteriormente as propostas de alteração, registrando que estava faltando a Ata
72 da XX Reunião, de novembro, a qual não pôde ser preparada a tempo. Em
73 seguida, o Presidente do CONSEA registrou e agradeceu a presença dos jornalistas
74 presentes à Reunião e manifestou pesar pelo falecimento de Dom Ivo Lorscheider,
75 que mereceu homenagem do Conselho por tudo o que representou para o país. O
76 Senhor Francisco Menezes saudou o Dia Internacional da Mulher e informou sobre
77 a realização de uma pesquisa, pela Conselheira Christiane Costa, sobre a
78 compreensão dos representantes da sociedade civil sobre o papel do Conselho,
79 solicitando a colaboração de todos. Passou então aos informes da Presidência do
80 CONSEA, iniciando pela necessidade da mudança da data de realização da III
81 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – III CNSAN,
82 anteriormente prevista para 22 a 25 de maio, e remarcada para 03 a 6 de julho de
83 2007. Essa decisão foi tomada unanimemente pela Comissão Executiva da III
84 CNSAN em função da não disponibilidade do Centro de Convenções na data
85 original, garantindo-se sua disponibilidade em nova data, o que implicaria em
86 custos mais baixos do que sua realização em outro local. Foi feita Carta aos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

87 conselheiros nacionais e CONSEAs Estaduais justificando a mudança e assumindo
88 as responsabilidades pelos eventuais transtornos que isso viesse a provocar,
89 ponderando que, por outro lado, haveria tempo para uma melhor preparação. O
90 Presidente do CONSEA informou ainda sobre outros encaminhamentos, como a
91 publicação do decreto presidencial de convocação da III CNSAN, as alterações
92 necessárias no Regimento desta, a revisão do cronograma, inclusive com
93 remarcação de algumas conferências estaduais, muitas delas ainda com
94 dificuldades de apoio, em função do quê o Ministro Patrus Ananias comprometeu-
95 se a enviar carta aos Governadores, com cópias aos Secretários Estaduais
96 responsáveis pela área de Segurança Alimentar e Nutricional, solicitando o apoio
97 às conferências estaduais. O Presidente do CONSEA reafirmou a preocupação com
98 relação à intervenção do CONSEA no PPA, o que seria garantido mediante plano
99 alternativo que incluía o debate nesta e nas próximas Plenárias. Informou ainda
100 sobre a implantação do Sistema de Apoio às Conferências, do DATASUS, para a
101 inscrição dos delegados e das propostas ao documento-base aprovadas nas
102 Conferências Estaduais, devendo ser divulgado oportunamente manual para
103 orientar os operadores do Sistema em cada Estado. O Presidente do CONSEA
104 informou em seguida a constituição do Grupo Operacional, responsável pela
105 organização da III CNSAN, apresentando seus componentes: Alessandra
106 Andreazzi, coordenadora; Erlen Matta e Tânia Monteiro, assistentes. Em seguida,
107 informou sobre o andamento do processo licitatório para a organização do evento,
108 manifestando preocupação com o cronograma, bastante apertado, e relatou a
109 formalização de acordo com a Fundação Universidade de Brasília – FUBRA para
110 intermediar patrocínios de forma a garantir um patamar mínimo de recursos para
111 viabilizar a III CNSAN. Em seguida, Laura Fernandes, Assessora de Comunicação
112 do CONSEA, solicitou o apoio dos conselheiros para a produção de notas
113 informativas sobre as conferências estaduais, visando pautar a imprensa regional e
114 chamar a atenção da imprensa nacional e internacional para a III CNSAN,
115 solicitando também o apoio dos Ministérios para produzir mais material (Manual
116 Orientador, Documento-base, Cartilha LOSAN e cartazes) pois este já se
117 encontrava esgotado. O Presidente do CONSEA informou em seguida sobre a
118 aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos
119 Deputados, no último dia 28 de fevereiro, do Projeto de Emenda à Constituição –
120 PEC nº. 47/2003, o qual acrescentava ao Artigo 6º. da Constituição Federal o
121 direito à alimentação, convocando os conselheiros para acompanhar o processo e a
122 votação final na Câmara. Informou também sobre a criação da Frente Parlamentar
123 de Segurança Alimentar e Nutricional, com adesão de mais de duzentos deputados
124 e senadores, por iniciativa do Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí, que
125 assumiu a coordenação desta. Finalmente, o Presidente do CONSEA saudou a
126 delegação de Angola presente à Reunião Plenária, composta por Orlando Matta,
127 Rosa Pacara e Maria Cândida Teixeira. A Secretária Executiva do MDS, Márcia
128 Lopes, cumprimentou os presentes e registrou a nova disposição de todos para
129 retomar os trabalhos, com base nos avanços do ano anterior, em especial a
130 aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da qual a
131 sociedade deverá ter um olhar diferente sobre essa questão, não mais apenas na
132 militância e sim na integração da Segurança Alimentar e Nutricional ao conjunto
133 das políticas públicas. A Secretária Executiva do MDS afirmou que o Ministério
134 começava um novo ciclo, com clareza de que não basta a continuidade, mas sim a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

135 disposição para melhorar e avançar para dar conta das novas demandas e
136 desafios. Informou que nos dias 17 e 18 de março o MDS faria seu planejamento e
137 que estava empenhado em organizar a representação governamental nas
138 conferências estaduais e na Nacional, tendo sido aprovado um cronograma de
139 atividades preparatórias e elaborados critérios para a composição da delegação do
140 Governo Federal. Reafirmou o trabalho conjunto do MDS com o CONSEA para
141 garantir a infra-estrutura da III CNSAN e informou que o Ministro Patrus Ananias
142 se reuniu com os Secretários Estaduais de Assistência Social e os demais
143 responsáveis pela Segurança Alimentar e Nutricional, como parte da construção do
144 Sistema em co-responsabilidade com os Estados. Márcia Lopes informou ainda
145 sobre o empenho do MDS na publicação do novo decreto de convocação da III
146 CNSAN e que estavam elaborando dois decretos de regulamentação da LOSAN,
147 sendo um sobre o CONSEA e outro sobre a Câmara Interministerial, devendo a
148 proposta ser apresentada em 30 dias, de forma que poderá ser discutida na
149 próxima Plenária do CONSEA. Registrou ainda a realização de reunião do Fórum de
150 Secretários Estaduais de Assistência Social, na véspera, onde se levantou a
151 problemática dos povos indígenas e a sugestão de se realizar um Seminário sobre
152 Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, dada a complexidade e o
153 nível de exigência dessa questão. A Secretária Executiva do MDS manifestou
154 preocupação com o debate público sobre a violência, no qual ganhava espaço a
155 noção de que a culpabilização de adolescentes e jovens envolvidos em crimes iria
156 resolver a questão, considerando ser este um debate fundamental e afeto à
157 Segurança Alimentar e Nutricional e à proteção da criança e do adolescente. Em
158 seguida, apresentou César Medeiros, novo Diretor de Gestão Integrada da Política,
159 na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS; e
160 Arlete Sampaio, Secretária Executiva Adjunta do MDS, cumprimentando nesse
161 momento todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. Finalizando, Márcia
162 Lopes informou sobre a realização, naquela data, do Seminário sobre a PNAD/IBGE
163 e citou a publicação do perfil da Assistência Social Pública no Brasil e pesquisa
164 sobre a rede não-governamental de Assistência Social. O Conselheiro Edmar
165 Gadelha solicitou esclarecimentos sobre o processo de regulamentação da LOSAN e
166 sobre a participação do CONSEA nesse processo, ao que a Secretária Executiva do
167 MDS informou que o processo vinha sendo acompanhado pelo CONSEA e solicitou
168 o prazo de um mês para a conclusão das análises jurídicas e de mérito para
169 definição da posição do Governo, prazo em que abriria o debate sobre as propostas
170 no CONSEA, prevendo que até julho tudo estaria concluído. O Presidente do
171 CONSEA apresentou proposta de que fossem identificados os pontos de
172 preocupação dos conselheiros e que a próxima Plenária deliberasse sobre a
173 constituição de uma Comissão para tratar da regulamentação; a proposta foi
174 aprovada por unanimidade. Em seguida, Francisco Menezes registrou a presença
175 de Ademar Bertucci e Bárbara Eckwall e passou a palavra para que esta
176 apresentasse informe sobre as conclusões do Seminário Nacional sobre Fundos
177 Solidários. Bárbara Eckwall iniciou por relatar a parceria com diversos órgãos para
178 realização do Seminário: o MDS, a Secretaria Nacional de Economia Solidária –
179 SENAES/MTE, a Articulação do Semi-Árido – ASA, o Mutirão para a Superação da
180 Miséria e da Fome – CNBB, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Fórum
181 Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. O Seminário dedicou-se ao desafio
182 de superar a pobreza por meio da mobilização do seu potencial produtivo, tendo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

183 em vista que o público dos programas de transferência de renda não acessa os
184 programas de inclusão produtiva, sendo os Fundos Solidários uma ponte para isso,
185 num contexto em que não existe ainda uma política nacional, mas várias iniciativas
186 da sociedade civil, algumas já com mais de trinta anos e com algum apoio
187 governamental, porém ainda de forma pontual e fragmentada. Acrescentou que o
188 atual marco legal não permite utilizar a metodologia dos fundos solidários nos
189 projetos de contam com recursos do governo federal. Diante disso, acrescentou
190 que os atuais fundos solidários têm sido viabilizados com recursos não-retornáveis,
191 normalmente internacionais, voltando-se ao financiamento de projetos elaborados
192 nas comunidades, preferencialmente por pessoas que não têm acesso a outras
193 formas de financiamento, sendo que parte do resultado dos projetos retorna para
194 uma poupança da comunidade destinada a financiar novos investimentos. A
195 devolução dos recursos emprestados pode ser feita de várias formas, inclusive com
196 a produção, havendo ações de capacitação dos beneficiários. Bárbara Ekwall
197 apresentou então a proposta de constituição de um Programa/Política Nacional de
198 Apoio a Fundos Solidários, conforme proposto pela I Conferência Nacional de
199 Economia Solidária, capaz de valorizar as experiências existentes; de promover
200 processos de mobilização e organização comunitária e o protagonismo dos sujeitos
201 coletivos, mediante a destinação de recursos públicos; de garantir a participação
202 popular nas várias etapas, da sua elaboração ao monitoramento e avaliação; e
203 intergração com outras políticas públicas, em especial as de Segurança Alimentar e
204 Nutricional, por meio da intersetorialidade e transversalidade. Para tanto, deverão
205 ser garantidos recursos públicos, não retornáveis para o órgão de origem, sendo
206 retornáveis exclusivamente para os fundos solidários locais, municipais ou micro-
207 regionais, de acordo com as decisões das comunidades; além dos fundos, os
208 recursos seriam destinados à infra-estrutura e desenvolvimento institucional das
209 organizações promotoras e a ações de educação e difusão das finanças solidárias e
210 ainda à gestão dos fundos, incluindo a mobilização, capacitação, organização
211 social, monitoramento e avaliação. Finalmente, Bárbara Ekwall apresentou e
212 solicitou o apoio do CONSEA para uma agenda de compromissos composta por :
213 ampliação dos recursos do Projeto Piloto BNB-SENAES; negociação de novos
214 recursos para ampliação do atendimento; formulação do Programa/Política nos
215 moldes propostos; e revisão do marco legal, incluindo contratação de consultoria
216 jurídica para melhorar as interpretações do Tribunal de Contas da União sobre a
217 matéria e identificação dos entraves normativos, procedimentais e legais. O
218 Presidente do CONSEA agradeceu a Bárbara Ekwall e Ademar Bertucci pela
219 participação e reafirmou a disposição do Conselho de fazer avançar esta proposta,
220 com perspectiva de ação conjunta com o Conselho Nacional de Economia Solidária.
221 Em seguida, deu início ao ponto de pauta relativo ao Plano de Aceleração do
222 Crescimento – PAC e ao Plano Plurianual – PPA 2008-2011, convidando para
223 compor a mesa a Sub-Chefe de Articulação e Monitoramento, Mirian Belchior; o
224 Secretário da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, Ariel
225 Cecílio Garcez Paes; e a Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Articulação
226 Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Enid Rocha. Mirian Belchior
227 iniciou a exposição sobre o PAC 2007-2010, caracterizando-o como um Programa
228 de Desenvolvimento para promover a aceleração do crescimento econômico, o
229 aumento do emprego e a melhoria das condições de vida dos brasileiros, sendo
230 composto por um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

231 privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos
232 (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento.
233 O PAC foi estruturado em cinco eixos: (1) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento;
234 (2) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário; (3) Melhora do
235 Ambiente de Investimento; (4) Medidas Fiscais de Longo Prazo; (5) Investimento
236 em Infra-Estrutura. Destacando os principais componentes do Eixo 1, Mirian
237 Belchior destacou novas medidas, como o crédito de R\$ 5,2 bilhões à Caixa
238 Econômica Federal para aplicação em saneamento e habitação; a ampliação do
239 limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento e habitação
240 (R\$ 7 bi), a criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura, com R\$ 5
241 bilhões, com recursos do FGTS; a elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento
242 Residencial (MP). No Eixo 2 - Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema
243 Tributário, houve novas medidas, como a Recuperação Acelerada dos Créditos de
244 PIS e COFINS em edificações, a Suspensão da cobrança de PIS/COFINS para novos
245 projetos de Infra-Estrutura, a Isenção IRPF dos Fundos de Investimento em Infra-
246 Estrutura, a Isenção de IPI, PIS/COFINS e CIDE ao setor de TV Digital, a Isenção
247 de IRPJ, IPI, PIS/COFINS e CIDE ao setor de Semicondutores, o Aumento do Valor
248 de Isenção para Microcomputadores (de R\$ 2,5 mil para R\$ 4 mil) e a Isenção de
249 IPI de Perfis de Aço (Decreto); e também medidas adotadas recentemente, a Lei
250 Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Reajuste da Tabela de Imposto de Renda
251 de Pessoa Física (4,5% por ano entre 2007-2010), a Prorrogação da Depreciação
252 Acelerada e a Prorrogação da Cumulatividade do PIS e da COFINS na Construção
253 Civil. No Eixo 3 - Melhora do Ambiente de Investimento, a nova medida foi o
254 Aumento do Prazo de Recolhimento de Contribuições (Previdência do dia 2 para o
255 dia 10, PIS/COFINS do dia 15 para o dia 20), havendo também medidas em
256 tramitação ou implementação, como a Criação da Receita Federal do Brasil (PL nº
257 6.272/2005), a Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e Nota
258 Fiscal Eletrônica (implantação em curso - 2 anos) e a Reforma Tributária
259 (retomada das discussões e ampliação das propostas). Com relação ao Eixo 5,
260 Mirian Belchior destacou que a expansão do investimento em infra-estrutura é
261 condição para: aceleração do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos
262 gargalos para o crescimento da economia, aumento de produtividade, superação
263 dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais. Destacou ainda que os
264 gargalos na infra-estrutura do País, para serem superados, necessitam de:
265 planejamento estratégico de médio e longo prazos, fortalecimento da regulação e
266 da competitividade, instrumentos financeiros adequados ao investimento de longo
267 prazo, parcerias entre o setor público e o investidor privado e articulação entre os
268 entes federativos. Os projetos de infra-estrutura integrantes do PAC foram
269 estruturados em três eixos: Infra-estrutura Logística; Infra-estrutura Energética; e
270 Infra-estrutura Social e Urbana. Foram usados os seguintes critérios de seleção:
271 projetos com forte potencial para gerar retorno econômico e social; sinergia entre
272 os projetos; recuperação de infra-estrutura existente; conclusão de projetos em
273 andamento. Mirian Belchior informou sobre a Criação do CGPAC - Comitê Gestor do
274 Plano de Aceleração do Crescimento, cuja atribuição é coordenar as ações
275 necessárias à implantação do PAC, em conjunto com os Ministérios Setoriais
276 responsáveis pelas medidas, sendo composto pelo Ministério do Planejamento,
277 Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Casa Civil – secretaria executiva. Em
278 seguida, a Sub-chefe de Articulação e Monitoramento apresentou as metas e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

279 recursos para as diversas áreas de infra-estrutura e regiões do país, bem como a
280 identificação e localização geográfica das obras, destacando o investimento total,
281 para o período 2007-2010, de R\$503,9 bilhões, sendo R\$53,8 bilhões para infra-
282 estrutura logística, R\$274,8 bilhões para infra-estrutura energética e R\$170,8
283 bilhões para infra-estrutura social e urbana. Com relação a este último item, Mirian
284 Belchior destacou os eixos e respectivas metas para o período, a saber: Luz para
285 Todos – 5,2 milhões de pessoas; Saneamento: 22,5 milhões de domicílios;
286 Habitação (inclusive financiamentos): 4,6 milhões de famílias; Recursos Hídricos –
287 23,9 milhões de pessoas; e Metrô – 600,9 milhões de passageiros por ano. No
288 caso do Saneamento, apresentou a discriminação das metas por tipo de serviço,
289 destacando como premissas básicas: Buscar a universalização do atendimento;
290 Implementar a Lei de Saneamento Básico; Garantir política estável de
291 financiamento; Promover intervenções integradas e sustentáveis nas favelas;
292 Apoiar a preparação de projetos, obras e ações de desenvolvimento institucional
293 dos prestadores. No caso da Habitação, destacou as necessidades, tendo em vista
294 o déficit existente, da ordem de 7,9 milhões de domicílios, fortemente concentrado
295 na população com renda familiar de até cinco salários mínimos, e as respectivas
296 ações e instrumentos. Com relação aos Recursos Hídricos, Mirian Belchior destacou
297 os investimentos em Revitalização de Bacias Hidrográficas, da ordem de R\$1,6
298 bilhão, destinados às Bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba; e o Projeto de
299 Integração da Bacia do São Francisco, para o qual estão previstos R\$6,6 bilhões.
300 Concluindo sua apresentação, a Sub-Chefe da Casa Civil destacou o trabalho
301 conjunto com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda para garantir a
302 integração das ações e sua viabilização; e informou que haviam sido iniciadas as
303 discussões para a área social, o chamado “PAC Social”, havendo algumas
304 definições para a área de educação, definida como a primeira prioridade do
305 Governo, estando em discussão junto ao MDS ações relacionadas ao Programa
306 Bolsa Família, como o reajuste do valor, a inclusão de jovens, medidas para
307 emancipação das famílias, unificação dos programas para a juventude e um
308 “pacote de cidadania” para índios e quilombolas. Em seguida, tendo em vista a
309 necessidade de saída da representante da Casa Civil, o Presidente do CONSEA
310 abriu para alguns pronunciamentos dos conselheiros, iniciando pelo Conselheiro
311 Ubiraci Dantas, que relatou os debates das centrais sindicais sobre o PAC e as
312 preocupações com relação à queda das taxas de juros e com a desnacionalização
313 dos recursos, estando marcados para os próximos dias um ato público e um amplo
314 seminário sobre como viabilizar o crescimento. Finalizando, Ubiraci Dantas
315 consignou a posição da Central Geral do Trabalhadores – CGTB, favoravelmente à
316 Transposição do Rio Francisco. O Conselheiro Carlos Faccina considerou o PAC uma
317 iniciativa louvável do Governo Federal, mas faltou explicar como ele será
318 executado, questionando se os órgãos estão preparados para executá-lo e
319 ponderando que a gestão das ações no dia-a-dia é que determinará o sucesso ou
320 fracasso do Programa. O Conselheiro Adriano Martins reconheceu e elogiou que o
321 Estado retomasse a perspectiva de planejamento e de investimentos, mas
322 considerou um grave equívoco destinar mais de 50% dos recursos hídricos para o
323 Projeto de Transposição do Rio São Francisco, ainda mais depois que a Agência
324 Nacional de Águas - ANA lançou o Atlas do Semi-Árido, no qual foram relacionadas
325 530 ações que garantiriam água para todos os núcleos urbanos com mais de cinco
326 mil habitantes, com custo de R\$3 milhões até 2015, sem necessidade da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

327 transposição. O Conselheiro Adriano Martins acrescentou que o Tribunal de Contas
328 da União considerou super-dimensionados os dados de beneficiários do Projeto de
329 Transposição, chegando a 531 municípios, ao passo que a proposta da ANA
330 chegará a 1,3 mil municípios e 34 milhões de pessoas em nove Estados,
331 concluindo por considerar que esta proposta, em conjunto com as propostas da
332 Articulação do Semi-Árido – ASA, são suficientes e necessárias para garantir a
333 segurança hídrica, pré-requisito para a Segurança Alimentar e Nutricional, sendo
334 lamentável que o Governo Federal retome o Projeto da Transposição e solicitando
335 que o CONSEA se posicione a respeito. O Conselheiro Ariovaldo Ramos considerou
336 que, nas últimas eleições, foi aprovada a tese do crescimento socializado, e não do
337 crescimento por si só, e questiona sobre a rede de proteção social para todos os
338 afetados pelas obras, principalmente indígenas e quilombolas, cujas terras serão
339 afetadas. Acrescentou que um Programa dessa ordem não poderia ser
340 implementado sem debate com a sociedade civil e questionou como a questão
341 ambiental estava sendo considerada, em especial tendo em vista as notícias de
342 que o Governo está repensando essa questão, com risco de retrocessos.
343 Finalmente, o Conselheiro Ariovaldo Ramos questionou por que não havia se
344 pensado em redes descentralizadas de distribuição de energia, capazes de reduzir
345 os desperdícios, ao invés de grandes sistemas com maiores custos e impactos. A
346 Conselheira Maria Emília Pacheco destacou em que medida se considerou o
347 impacto ambiental e sobre a produção de alimentos dessa obras, que implicam o
348 risco de reprodução dos latifúndios para a produção de etanol e ainda o risco de
349 expansão da produção de grãos na Amazônia. A Sub-Chefe de Articulação e
350 Monitoramento da Casa Civil passou a responder as questões, iniciando por achar
351 ótimo o entusiasmo demonstrado pelo Conselheiro Ubiraci Dantas e por esclarecer
352 que o Governo estava bem posicionado quanto aos riscos de desnacionalização,
353 havendo negociações com o Presidente dos Estados Unidos para inserir o etanol
354 brasileiro no mercado norte-americano, sendo esse produto a grande coqueluche
355 internacional, daí o grande interesse que vem sendo registrado. Com relação ao
356 alerta do Conselheiro Carlos Facchina sobre a diferença entre planejamento e
357 execução, Mirian Belchior retomou a informação sobre a constituição do CGPAC e
358 acrescentou que estava sendo implantado um Comitê similar em cada Ministério,
359 tendo se iniciado também reuniões semanais e negociações entre órgãos que têm
360 interfaces na execução do Programa, em especial com relação à garantia das
361 “condições de contorno” necessárias para implementar os projetos, o que deverá
362 ser viabilizado, incluindo mediante novos normativos. Além dessas iniciativas,
363 informou que estava se buscando o apoio de outros entes e organizações para
364 acompanhar as ações, como por exemplo as Polícias Rodoviárias e Associações de
365 Caminhoneiros para informar sobre o andamento das obras nas estradas, além de
366 o próprio Presidente da República estar acompanhando pessoalmente os projetos.
367 Sobre possíveis equívocos do PAC, como a Transposição do Rio São Francisco, a
368 representante da Casa Civil destacou ser esse projeto uma convicção pessoal do
369 Presidente, ponderando que o longo processo de discussão não se encerrou no
370 Governo e considerou que parte das condições de contorno foram incorporadas
371 pelo Governo, como foi o caso da Revitalização. Registrou que a interlocução
372 continuava aberta, sendo esse o interesse do Presidente, havendo no entanto
373 convicção quanto à execução desse projeto, daí a continuidade do processo de
374 licenciamento ambiental. Mirian Belchior afirmou que o Governo quer dar



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

375 continuidade ao processo de redução das desigualdades, inclusive regionais, e que
376 isso estava na base da proposição do PAC. Com relação à rede de proteção de
377 indígenas e quilombolas, relatou que se esperava que cada órgão apresentasse as
378 restrições aos projetos, para que elas pudessem ser enfrentadas, sendo a
379 participação social um pressuposto para o Governo. Com relação à questão
380 ambiental, Mirian Belchior esclareceu que houve uma distorção pelos meios de
381 comunicação, pois não se tratava de abrir mão da avaliação dos impactos dos
382 projetos, devendo-se antes deixar claras as atribuições de cada nível e acelerar o
383 andamento dos processos de licenciamento. Com relação aos impactos da
384 expansão dos plantios em larga escala, achou pertinente a preocupação, mas
385 ponderou que se deveria considerar que o álcool é um combustível renovável, o
386 que é positivo diante da necessidade de mudança da matriz energética, de forma
387 que a Segurança Alimentar e Nutricional é algo importante, mas deve-se olhar
388 para o todo. A Conselheira Elza Braga manifestou surpresa pelo fato de não haver
389 participação dos Ministérios da área social no CGPAC e acrescentou que, sendo os
390 investimentos essencialmente concentradores de renda, deve haver um olhar
391 desses Ministérios sobre o Programa. Como exemplo na necessidade de
392 compatibilização das iniciativas, citou os avanços da alimentação escolar que são
393 comprometidos pela falta de saneamento básico nas escolas, resultando em risco
394 contaminação dos alimentos oferecidos aos alunos. O Conselheiro Carlos Eduardo
395 Leite registrou a grande diferença de foco no início deste Governo em relação ao
396 anterior, diante do que defendeu a necessidade de descentralização das ações a
397 serem executadas, o que teria impacto mais positivo do que grandes obras.
398 Considerou insuficientes os esclarecimentos da representante da Casa Civil sobre
399 os impactos ambientais e viu uma lacuna referente ao desenvolvimento rural,
400 tendo em vista o foco nas grandes cidades, refletindo uma opção por combater as
401 consequências de não se ter atendido às lutas históricas pela criação de condições
402 de vida no interior. O Conselheiro Carlos Eduardo Leite registrou ainda a
403 preocupação sobre qual o espaço da Segurança Alimentar e Nutricional nessa
404 estratégia de desenvolvimento, tendo em vista a insignificância dos projetos nessa
405 área em relação ao conjunto do PAC, o que terá que ser debatido na III
406 Conferência Nacional. O Conselheiro Alberto Broch concordou com a Conselheira
407 Maria Emília Pacheco quanto à necessidade de continuar o debate acerca dos
408 impactos da política de biocombustíveis, questionando a ausência de propostas
409 relativas ao desenvolvimento sustentável, à reforma agrária e à agricultura familiar
410 no PAC. Acrescentou que não se tratava de ter posição contrária em relação ao
411 PAC, mas de apontar a ausência desses temas e de estratégias para inserção
412 desses grupos no processo de desenvolvimento. Ao fim, o Conselheiro Alberto
413 Broch perguntou se estava contemplada a habitação rural dentro do PAC, tendo
414 em vista o déficit da ordem de 80% nessa área. O Conselheiro José Ribamar
415 retomou o slogan "Brasil para Todos" e perguntou como seria compatibilizada a
416 equidade ao longo do crescimento, dentro das estratégias do PAC, registrando a
417 impressão de que, "quando encontramos as respostas, mudaram as perguntas". O
418 Presidente do CONSEA solicitou à representante da Casa Civil que considerasse o
419 caráter do Conselho, solicitando que esta seja porta-voz das suas preocupações,
420 como a experiência histórica de que o desenvolvimento econômico produz
421 desigualdade, mas também reconhecendo que várias das ações previstas no PAC,
422 como o saneamento, são importantes para a Segurança Alimentar e Nutricional.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

423 Mirian Belchior passou a responder ao segundo bloco de questões, esclarecendo
424 que o eixo de Habitação prevê também o atendimento da área rural e
425 complementou sua apresentação com as medidas de inclusão produtiva,
426 diferenciando medidas para as áreas urbana e rural. Com relação aos
427 questionamentos, considerou ser esse o papel dos Conselhos, comprometendo-se
428 a levar as questões levantadas para o interior da gestão do PAC. A Sub-Chefe de
429 Articulação e Monitoramento registrou que, enquanto representante do Governo
430 Federal, sentiu certo nível de desconfiança e apreensão por parte dos conselheiros,
431 o que considerou incoerente, tendo em vista os avanços obtidos no primeiro
432 mandato e ponderando haver total clareza e coerência do Presidente da República
433 em relação às preocupações colocadas, considerando improcedente duvidar se
434 estaria mesmo se pensando em um "Brasil para Todos". Acrescentou que o
435 CONSEA teria o papel de ajudar a governar para todos, em especial para os que
436 mais precisam, lembrando que o PAC não contempla todas as ações
437 governamentais, mas parte das suas prioridades, e que o CONSEA terá muito a
438 contribuir para as partes que deverão ainda ser elaboradas. O Presidente do
439 CONSEA agradeceu à presença e à disposição da representante da Casa Civil e deu
440 início ao item referente ao Plano Plurianual, considerando ser apenas o início dos
441 debates, passando a palavra ao Secretário de Planejamento e Investimentos
442 Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MP, Ariel
443 Cecílio Paes. Este iniciou sua explanação informando que havia um plano só, ou
444 seja, PAC e PPA estavam plenamente integrados, esclarecendo que o PPA trazia
445 todos os programas do governo e que agora estes seriam separados em dois
446 blocos, sendo um deles referente aos programas de atendimento direto à
447 sociedade . Apresentou as diretrizes do PPA 2008-2011: (1) Centrado nos
448 programas voltados à sociedade; (2) Integração de políticas, em relação à visão de
449 que todo grande projeto ou obra é um projeto de desenvolvimento, o que requer
450 integração e coordenação; (3) Planejamento territorial; (4) Avaliação de
451 programas com escuta social, devendo ser introduzida a avaliação participativa, o
452 que não foi possível no primeiro Governo do Presidente Lula, pretendendo-se agora
453 constituir rede de universidades para essa finalidade; (5) Identificação de
454 parcerias, considerando que o PPA é um contrato, com participação de
455 organizações da sociedade civil e setor privado, devendo ser registradas essas
456 parcerias no Plano; (6) Gestão estratégica; (7) Transparência, ainda insuficiente,
457 pois nem todos os projetos têm indicadores de resultados; e (8) Participação
458 social.. O Secretário da SPI/MP apresentou como principais alterações em relação
459 ao PPA anterior o detalhamento apenas dos programas finalísticos, não os de apoio
460 às políticas públicas e áreas especiais; e a facilitação da comunicação do Plano
461 para a sociedade, mediante a elaboração de cadernos regionais e cadernos de
462 políticas públicas. Ariel Paes abordou também a relação entre o PAC e o PPA,
463 ressaltando ser o primeiro o eixo estruturante do PPA 2008-2011, tendo o
464 investimento como motor do desenvolvimento, enquanto este tem escopo mais
465 abrangente, por determinação legal, e sendo instrumento para integrar o PAC com
466 as demais políticas, o que irá requerer a combinação entre pressão externa, gestão
467 interna e ação local. O PPA deverá ser, assim, instrumento de planejamento de
468 longo prazo, capaz de promover uma nova trajetória de evolução da organização
469 do território; servir de elo entre o planejamento de longo prazo e os orçamentos; e
470 espaço para busca de integração entre as ações setoriais e entre as ações dos



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

471 entes federados. O Secretário da SPI/MP destacou, ainda, que se mantinha o
472 desafio do planejamento de longo prazo, num horizonte de 8 a 20 anos, portanto
473 para além dos Orçamentos Anais, do PAC e do PPA; e apresentou a estrutura do
474 PPA 2008-2011, composto por uma dimensão estratégica, e uma dimensão tática-
475 operacional. A dimensão estratégica será composta pela Orientação Estratégica do
476 Governo, incluindo Visão de Longo Prazo e Objetivos do Governo; e Orientações
477 Estratégicas dos Ministérios, contemplando os Objetivos Setoriais e expressando as
478 prioridades do órgão e as principais políticas a serem desenvolvidas. A dimensão
479 tática-operacional, por sua vez, será composta pelos Programas e respectivas
480 Ações, tendo como insumos para sua elaboração: a Orientação Estratégica de
481 Governo; as Orientação Estratégica do Ministério; o Cenário Fiscal; as Avaliações
482 do PPA 2004-2007; e Estudo de Planejamento Territorial. Em seguida, fez uso da
483 palavra a Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Articulação Social da
484 Secretaria Geral da Presidência da República, Enid Rocha, que abordou a proposta
485 de participação social no PPA, a qual ainda não foi discutida com todos os
486 segmentos, de forma que poderia ainda sofrer alterações até o final do mês de
487 março. Tendo em vista ser atribuição institucional da Secretaria Geral a
488 "governabilidade social", houve iniciativa de promover a participação na elaboração
489 do PPA 2004-2007, mediante reuniões com entidades nacionais e consultas e
490 fóruns de debates nos Estados. Apesar do pioneirismo da proposta, foram
491 identificados alguns problemas, como o descompasso entre a consulta e o estágio
492 de elaboração do PPA e a participação restrita aos níveis mais abstratos do PPA.
493 Com relação ao PPA 2008/2011, Enid Rocha apresentou a orientação de que a
494 participação ocorresse num nível mais concreto, na etapa de construção das
495 políticas pelos Ministérios, considerando, para isso, que as Conferências seriam os
496 espaços mais amplos de participação, além de outros possíveis espaços de
497 consulta, como Audiências Públicas, Mesas de Negociação e Ouvidorias. Enid Rocha
498 informou que ocorreram 39 conferências nacionais durante o Governo anterior,
499 conforme síntese apresentada aos conselheiros, destacando como uma das
500 questões centrais o número de Resoluções aprovadas, em sua grande maioria,
501 cerca de 77%, de âmbito nacional e muitas extrapolando o âmbito de apenas um
502 ministério. A Secretária Adjunta da Secretaria Geral acrescentou que foram criados
503 doze novos conselhos até 2006, de forma que existiam até aquela data 86
504 conselhos de políticas públicas, dos quais participavam 443 entidades, embora
505 alguns dos conselhos não tenham representação da sociedade. Finalizando,
506 apresentou a proposta de participação na elaboração do PPA 2008-2011, composta
507 pelas seguintes etapas: (1) Reunião com Secretários Executivos dos Ministérios;
508 (2) Reunião com Ministérios e Conselhos para apresentar metodologia, que inclui a
509 criação de comissões em cada órgão; (3) definição de metodologia específica de
510 cada órgão para fazer a consulta, a partir de proposta geral; (4) comissões
511 retomam as deliberações das conferências e outras demandas, hierarquizando-as
512 para envio ao MP; e (5) concertação das propostas enviadas pelos Ministérios. O
513 Presidente do CONSEA agradeceu e pediu esclarecimentos sobre o cronograma, ao
514 que Enid previu que o processo se iniciará na semana posterior à da Plenária. O
515 Conselheiro Edmar Gadelha questionou sobre as possibilidades de incorporação ao
516 PPA da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que
517 serão elaborados apenas após a III CNSAN. O Conselheiro Ariovaldo Ramos propôs
518 a criação de novo instrumento de consulta à população, como o referendo, em



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

519 relação a projetos polêmicos, como a Transposição do Rio São Francisco. O
520 Secretário da SPI/MP afirmou que seria necessária uma ação rápida do CONSEA
521 junto aos Ministérios, uma vez que cabia a eles apresentarem as propostas de
522 políticas e programas e isso já estava em andamento, possivelmente em fase de
523 conclusão, sugerindo que os representantes de cada Ministério no CONSEA
524 deveriam receber e incorporar essas demandas nas suas propostas, as quais
525 seriam remetidas ao MP, que poderia acompanhar esse processo de incorporação
526 das demandas. Alertou para o fato de que novas propostas implicavam, via de
527 regra, em demanda por recursos adicionais, muitas vezes não contempladas,
528 resultando em muitas ações com poucos recursos. Ariel Paes recomendou ainda
529 que, uma vez definidos os limites orçamentários de cada órgão, o CONSEA deveria
530 apontar suas prioridades, de forma muito seletiva, e verificar se elas estavam
531 contempladas ou não nas propostas dos Ministérios, tomando-se o cuidado de
532 formalizar e registrar em ata os compromissos assumidos pelos Ministérios, o que
533 daria base para que o MP cobrasse seu cumprimento, caso contrário haveria o
534 risco de que as propostas não tivessem efetividade. Enid Rocha acrescentou que a
535 etapa de concertação das propostas, após o envio e análise destas pelo MP, foi
536 pensada justamente para garantir a incorporação dos temas transversais às
537 políticas setoriais e, para isso, sugeriu que o CONSEA identificasse as propostas da
538 Conferência referentes a cada órgão setorial. Encerrado o debate, o Presidente do
539 CONSEA agradeceu aos convidados e suspendeu a Reunião às 13h45 para o
540 intervalo do almoço. PERÍODO DA TARDE. O Presidente Francisco Menezes
541 retomou os trabalhos às 15h, convidando para compor a mesa o Secretário
542 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, na condição de
543 representante do Ministro Patrus Ananias, Secretário do Conselho, e passou a
544 palavra para que Ana Beatriz Vasconcellos, representante do Ministro da Saúde -
545 MS no CONSEA, apresentasse informe. Esta relatou que o Sistema de Vigilância
546 Alimentar e Nutricional – SISVAN, após anos de investimento na sua estruturação,
547 conseguiu registrar o estado nutricional de quase quatro milhões de beneficiários
548 do Programa Bolsa Família, avaliados pela Rede de Atenção Básica à Saúde, em
549 4.263 municípios brasileiros, ou 76% do total. Informou ainda que os dados
550 estavam disponíveis no [site www.sisvan.datasus.gov.br](http://www.sisvan.datasus.gov.br), no nível de município,
551 constatando-se 2% dos beneficiários com muito baixo peso e 6,74% com baixo
552 peso, e indicação de áreas preocupantes, como a região Norte; e constatando
553 ainda a persistência de forte déficit altura/idade em crianças menores de sete
554 anos, da ordem de 24%; e ocorrência de baixo peso em gestantes, principalmente
555 as adolescentes. Finalmente, a representante do MS concluiu que os dados
556 evidenciam a correta focalização do PBF e indicam as ações a serem
557 desenvolvidas, a exemplo do manual para os Agentes Comunitários de Saúde para
558 orientação alimentar aos beneficiários desse Programa. O Presidente Francisco
559 Menezes reiterou a importância desses dados para o CONSEA e sugeriu que fosse
560 feita uma apresentação detalhada na Câmara Temática 2 – Saúde e Nutrição,
561 convidando em seguida a Senhora Bárbara Eckwall, do Departamento da FAO para
562 o Direito Humano à Alimentação, para fazer informe. Esta cumprimentou os
563 presentes e relatou que se encontrava em missão para avaliar os avanços do
564 Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil, conhecer as experiências e
565 buscar sua disseminação. Informou que a FAO destinou recursos para apoiar essa
566 ação no Brasil por meio da ABRANDH e destacou o caráter intersetorial das



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

567 iniciativas brasileiras, o papel do CONSEA na elaboração e tramitação da Lei
568 Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, manifestando a intenção de
569 acompanhar todo o processo de implantação do SISAN. O Presidente do CONSEA
570 deu início então ao ponto de pauta relativo à proposta de Sistema de Indicadores e
571 Monitoramento em Segurança Alimentar e Nutricional, convidando Priscila Bocchi,
572 Assessora da Secretaria do CONSEA, e Marília Leão, da ABRANDH, para compor a
573 mesa e apresentar a proposta. Priscila Bocchi iniciou a apresentação relatando a
574 inserção do tema do Monitoramento em diversos dispositivos da LOSAN; e
575 apresentando os objetivos e a composição do Grupo de Trabalho instituído pelo
576 CONSEA para tratar do tema. Priscila Bocchi relatou que foram realizadas seis
577 reuniões gerais do Grupo e mais sete reuniões setoriais, com incorporação de
578 conselheiros coordenadores de instâncias do CONSEA e de diversos órgãos
579 convidados, como a ANVISA, a CONAB, a FUNASA, o FNDE, o MDS e áreas técnicas
580 do IBGE. Como produtos desse trabalho, elaborou-se o marco teórico; a matriz de
581 indicadores; e a indicação das políticas públicas que teriam impacto sobre esses
582 indicadores, bem como o levantamento dos indicadores hoje disponíveis para o
583 monitoramento dessa política. O monitoramento das políticas públicas teria por
584 objetivos: refletir sobre qual a demanda existente para ações específicas que
585 garantam a segurança alimentar e nutricional; garantir o acompanhamento da
586 política, não apenas com base na averiguação de indicadores de execução, mas na
587 fase de elaboração da peça orçamentária, como o percentual proposto de
588 atendimento da demanda. Finalmente, a Assessora do CONSEA acrescentou
589 propostas do GT para a inserção do Monitoramento da Segurança Alimentar e
590 Nutricional no PPA, relativas a: garantir a SAN como dimensão estratégica do
591 Plano; e propor ações e programas que garantam a realização progressiva do
592 Direito Humano à Alimentação Adequada. Marília Leão continuou a apresentação,
593 esclarecendo que aquelas formulações refletiam o acúmulo do Grupo até o
594 momento, mas que se esperava uma proposta acabada na III CNSAN. Apresentou
595 o conceito de monitoramento e, mais especificamente, do monitoramento da
596 realização progressiva do DHAA, na perspectiva de verificar se estava ocorrendo
597 uma redução progressiva da parcela da população que não tem esse direito
598 garantido. Apresentou quadro com diferenciação do monitoramento tradicional da
599 Segurança Alimentar e Nutricional em relação ao monitoramento sob a ótica do
600 DHAA, destacando a incorporação, neste, da multidimensionalidade; da
601 indivisibilidade; do acesso universal à alimentação adequada e saudável; do foco
602 nas populações vulneráveis com desagregação dos dados por raça, cor, etnia e
603 território; e da função do Estado e da sociedade civil. Como princípios desse
604 monitoramento, Marília Leão listou: permitir a ampla participação social; adotar o
605 enfoque da universalização e da indivisibilidade dos direitos; contribuir com a não
606 regressão dos resultados positivos obtidos e para o uso máximo dos recursos
607 disponíveis; e promover a responsabilização dos setores que integram o SISAN.
608 Depois de explicar os critérios para a construção da matriz de indicadores, a
609 representante da ABRANDH apresentou as sete dimensões do monitoramento da
610 realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e os 26
611 indicadores: 1º. Produção de alimentos, com base em lista de alimentos prioritários
612 (1 indicador); 2º. Disponibilidade de alimentos (3 indicadores); 3º. Renda (4
613 indicadores); 4º. Acesso à alimentação adequada (4 indicadores); 5º. Saúde e
614 acesso a serviços de saúde (10 indicadores); 6º. Educação (3 indicadores); e 7º.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

615 Políticas públicas que promovem a Segurança Alimentar e Nutricional (26
616 políticas). Acrescentou que se esperava que esse sistema de monitoramento tenha
617 caráter suprasetorial e intersetorial; fortaleça as instituições promotoras de dados
618 e informações sobre SAN; contribua com o planejamento do orçamento dos
619 programas considerados estratégicos para a realização do Direito Humano à
620 Alimentação Adequada; e subsidie o ciclo de gestão das políticas públicas que
621 promovem a realização do DHAA, nas diferentes áreas de governo. Marília Leão
622 consignou também a necessidade de assegurar recursos para diversas pesquisas
623 nacionais e sistemas de informação, como condição para a apuração dos
624 indicadores e o monitoramento da Segurança Alimentar e Nutricional, e apresentou
625 as seguintes conclusões do Grupo: (1) o sistema de monitoramento é condição
626 básica para a construção do SISAN e a ele deve estar vinculado regimentalmente;
627 (2) compromisso de apresentar uma proposta concreta na III CNSAN, de forma a
628 cumprir deliberação da Conferência anterior; (3) responsabilidade deve ser
629 compartilhada entre governo e sociedade civil, com amplo e irrestrito acesso às
630 informações geradas; (4) necessidade de articulação com a instância de
631 monitoramento das violações do DHAA e com a instância de análise de políticas
632 públicas sob a ótica do DHAA; (5) necessidade de uma secretaria técnica em uma
633 das instâncias integrantes do SISAN, com mandato para promover a articulação
634 das instituições e entidades produtoras de dados e pesquisas; (6) incluir a
635 perspectiva do monitoramento em nível local, permitindo a inserção de indicadores
636 específicos e voltados a cada realidade, em particular das populações tradicionais;
637 (7) realização imediata do Censo das Populações Quilombolas e o Censo das
638 Populações Indígenas Aldeadas, como condição prévia a qualquer iniciativa de
639 definição de indicadores ou monitoramento. O Presidente do CONSEA parabenizou
640 as representantes do Grupo de Trabalho pela exposição e afirmou que a proposta
641 deverá ser encaminhada à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
642 Nutricional, assim que esta for instalada. A representante do Ministério das
643 Cidades, Sônia Alves, perguntou sobre o papel dos CRAS – Centros de Referência
644 da Assistência Social no Sistema de Monitoramento e sobre a inclusão, neste, de
645 informações sobre o acesso à água e o controle da qualidade da água para
646 consumo humano. O Conselheiro Malaquias Batista expressou satisfação com as
647 possibilidades de integrar dados e relatou que em 1934, considerava-se um avanço
648 ter 50% do salário mínimo destinado à alimentação, constatando que houve
649 progresso deste então. Com relação ao PAC, considerou que a meta de expansão
650 do acesso à água de 4% era insuficiente, pois seria superada pelo crescimento da
651 população. A Conselheira Ana Segall registrou sua satisfação em ocupar a função
652 de conselheira titular do Consea, em função do afastamento do Conselheiro Walter
653 Belik, e registrou posição de que raça/cor e gênero/chefia de domicílio deveriam
654 ser indicadores e não apenas parâmetros para desagregação dos dados. A
655 Conselheira Regina Miranda parabenizou o trabalho do Grupo e expressou a
656 necessidade de indicador sobre a qualidade dos alimentos, considerando que havia
657 uma prioridade histórica para as questões relacionadas à nutrição mas precisava
658 se avançar em aspectos de qualidade. Com relação à educação, propôs que se
659 buscasse levantar o grau de informação sobre a alimentação adequada. Ana
660 Beatriz Vasconcellos, representante do Ministério da Saúde, considerou ser
661 fundamental um indicador sobre o desmatamento, uma vez que casos recentes de
662 óbitos relacionados a problemas alimentares e nutricionais ocorreram em áreas de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

663 desmatamento, o que indicava que as crises e emergências nutricionais tendem a
664 ocorrer nessas áreas. O Presidente do Consea orientou que, dado o pouco tempo,
665 as demais sugestões e propostas seriam encaminhadas ao Grupo de Trabalho,
666 para que fossem incorporadas na continuidade das suas atividades. Em seguida,
667 agradeceu a Priscila Bocchi e Marília Leão e aos representantes de todas as
668 instituições que participaram do trabalho, e procedeu à apreaentação do Grupo de
669 Trabalho Alimentação Adequada e Saudável, lembrando que já havia ocorrido uma
670 primeira apresentação da proposta, de forma que o objetivo daquela apresentação
671 seria indicar mais diretamente os resultados produzidos pelo Grupo desde então. A
672 Conselheira Dulce Cunha, coordenadora do Grupo, iniciou sua apresentação
673 retomando o conceito, revisado a partir do debate da Plenária de setembro de
674 2006 e já incluído no documento-base da III Conferência, ficando formulado da
675 seguinte forma: *"A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito
676 humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma
677 socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e
678 sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares
679 especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da
680 variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia,
681 e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes
682 físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificado."* Em
683 seguida, apresentou o resultado do mapeamento, feito pelo Grupo a partir de
684 diálogos com os vários órgãos do Governo Federal, das ações diretamente e
685 indiretamente relacionadas à Alimentação Adequada e Saudável, o que levou à
686 conclusão da necessidade de que fossem criadas novas ações nesse âmbito. As
687 ações diretamente relacionadas à Alimentação Adequada e Saudável foram: no
688 MDS: Restaurantes Populares Públicos, Bancos de Alimentos, Cozinhas
689 Comunitárias, Agricultura Urbana, Educação Alimentar e Nutricional, Programa de
690 Aquisição de Alimentos; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -
691 Mapa: Programa de Produção Orgânica, Controle de Contaminantes e Resíduos nos
692 Vegetais; do MS: Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis para a
693 Prevenção das Obesidades e das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis; do MDA:
694 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, Capacitação, Insumos para a
695 Agricultura Familiar; MEC/FNDE: Programa Nacional de Alimentação Escolar;
696 Mapa/Conab: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Rede de Fortalecimento
697 do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP; Anvisa: Vigilância Sanitária de
698 Produtos; MCT: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Segurança Alimentar e
699 Nutricional; MS/Funasa: SISVAN Indígena; Controle da Qualidade da Água e
700 Educação em Saúde para Indígenas. As ações consideradas indiretamente
701 relacionadas à Alimentação Adequada e Saudável foram: da Embrapa, diversas
702 ações de Pesquisa e Desenvolvimento; da SEAP, Implantação de Unidades
703 Beneficiadoras e de Entrepósitos, Apoio à Assistência Técnica; do MS, SISVAN,
704 Apoio a estudos e pesquisas, Atenção à Saúde da Criança, Vigilância em Saúde; do
705 MDA, PRONAF, Diversificação e Agregação de Valor, Reforma Agrária, Territórios,
706 Conviver; do MMA, Comunidades Tradicionais, Biodiversidade, PDPI; da SEPPIR e
707 Fundação Cultural Palmares, Cultura Afro-brasileira e Brasil Quilombola. Além
708 dessas Ações, o Grupo propôs fossem criadas novas Ações no Plano Plurianual
709 2008-2011: no MDS, Observatório de Educação Alimentar e Nutricional
710 (justificativa: necessidade de identificar e cadastrar experiências significativas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

711 promovidas pela sociedade civil, que sirvam como base para novas iniciativas); no
712 FNDE, a Educação Alimentar e Nutricional nas escolas (justificativa: esta ação já
713 estava em discussão no âmbito do FNDE, com o objetivo de contribuir para a
714 formação de hábitos alimentares promotores de uma alimentação adequada e
715 saudável); na Conab, o PROHORT (justificativa: esta ação já estava em discussão
716 no âmbito da Conab, na perspectiva de fomentar o desenvolvimento do setor
717 hortifrutigranjeiro por meio de capacitação dos agentes integrantes da cadeia de
718 produção e distribuição, promovendo um maior acesso a frutas, legumes e
719 verduras, evitando o desperdício por meio do transporte, acondicionamento e
720 armazenamento mais adequados, repercutindo na qualidade destes produtos); no
721 MTE, a Educação Alimentar e Nutricional no Programa de Alimentação do
722 Trabalhador (justificativa: o PAT atinge uma grande parcela de população
723 trabalhadora do Brasil, a qual possui hábitos alimentares diferentes segundo
724 região, etnia, crenças, podendo ser portadora de diferentes necessidades
725 alimentares especiais, para a qual a educação alimentar e nutricional será um
726 instrumento valioso para a promoção da alimentação adequada e saudável); no
727 Ministério da Cultura, Resgate e Valorização da Cultura Alimentar (justificativa:
728 considerando a riqueza do patrimônio cultural alimentar do Brasil, com
729 contribuições marcantes de varias etnias, justifica-se a promoção de estudos,
730 eventos, exposições, organização de um acervo e similares). O Grupo propôs ainda
731 criar ações normativas de caráter não-orçamentário, como a Regulamentação de
732 Propaganda de Alimentos com alto teor de gordura saturada, gordura trans,
733 açúcar, sódio e bebidas de baixo valor nutricional pela ANVISA. A coordenadora
734 Dulce Cunha informou em seguida que, além de fazer o mapeamento das ações, o
735 Grupo definiu uma proposta de Gestão para as Ações relacionadas à Alimentação
736 Adequada e Saudável, identificando três eixos ou áreas que deveriam, na proposta
737 do Grupo, ser transformados em Programas: Produção e Abastecimento; Acesso à
738 Alimentação Adequada e Saudável; e Educação Alimentar e Nutricional. O Grupo
739 propôs que um órgão assumisse a gerência de cada um desses Programas e, para
740 garantir a intersectorialidade, deveria ser criada uma instância de coordenação de
741 todas as ações dos três programas, ficando essa instância diretamente vinculada à
742 Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. O Grupo considerou
743 que o MDS ou o MS seriam potenciais coordenadores dessa instância. Em seguida,
744 a coordenadora Dulce Cunha apresentou as questões apresentadas nos debates
745 sobre a proposta feitas na Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento e na
746 Câmara Temática 2 – Saúde e Nutrição: a perspectiva de sobreposição entre a
747 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Alimentação
748 Adequada e Saudável; o apoio à criação de uma Ação Específica para o ProHort e a
749 facilitação do acesso das pequenas empresas ao PAT; a importância da educação
750 alimentar no PAT e da regulamentação da propaganda de alimentos; a reflexão, a
751 ser aprofundada, sobre a Ação de apoio à construção de cisternas ser incorporada
752 a um dos Programas de Alimentação Adequada e Saudável propostos pelo Grupo;
753 a dúvida sobre a devida incorporação, pelo Grupo, do Programa de Alimentação;
754 a necessidade de conferir caráter estratégico à proposta do Grupo; e a
755 preocupação sobre a efetiva incorporação das diretrizes pelos diversos programas
756 relacionados. Finalmente, Dulce Cunha concluiu registrando a opção, feita pelo
757 Grupo de Trabalho, por um formato de gestão que desse governabilidade à
758 promoção da Alimentação Adequada e Saudável e que evitasse que as propostas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

759 se tornassem apenas diretrizes e não fossem implementadas na prática. Elisabeta
760 Recine, coordenadora de projetos da ABRANDH, ressaltou não conhecer o
761 documento produzido pelo Grupo, mas manifestou preocupação quanto às
762 responsabilidades indicadas para a Saúde, alertando que as missões da área da
763 Saúde para a Alimentação Adequada e Saudável não se restringiam apenas à
764 prevenção de doenças, mas também à promoção da saúde. O Conselheiro Werner
765 Fuchs destacou a importância do esforço para ancorar as propostas no Governo,
766 mas deveria se pensar também sobre o que a sociedade civil deveria fazer, com
767 relação por exemplo, ao elevado uso de agrotóxicos. A representante do MS, Ana
768 Beatriz Vasconcellos, considerou que o documento produzido pelo Grupo inovou ao
769 propor articular as várias iniciativas de educação alimentar e nutricional,
770 registrando dúvidas em relação ao conceito de Alimentação Adequada e Saudável,
771 que se confundia com o próprio conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.
772 Considerou também que a proposta deveria ser refinada, para buscar um melhor
773 encaixe em termos de programas e de orçamento. O Conselheiro Edmar Gadelha
774 ficou preocupado com o risco de se propor uma política de Alimentação Adequada e
775 Saudável que, ao fim, iria se sobrepor à Política Nacional de Segurança Alimentar e
776 Nutricional. Registrou também preocupação quanto à proposta de que houvesse
777 um programa de Alimentação Adequada e Saudável, considerando mais pertinente
778 que fosse uma diretriz dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar e
779 Nutricional e do respectivo Plano. E identificou ainda uma certa confusão no campo
780 da gestão, pelo caráter setorial da proposta, tendo em vista a perspectiva inicial de
781 intersetorialidade. A Conselheira Sônia Lucena parabenizou o Grupo pelo trabalho
782 realizado, tendo em vista a complexidade do tema, e lembrou que tentativas
783 anteriores ficaram no debate acadêmico, facilitando a inação ou a inércia dos
784 órgãos públicos. Com relação à educação alimentar e nutricional, registrou que,
785 embora normalmente se considera que deva ser direcionada às crianças, existiam
786 experiências que mostravam a efetividade de iniciativas voltadas a adultos e
787 famílias. O Presidente Francisco Menezes compartilhou da preocupação do Edmar
788 quanto à excessiva abrangência do tema e o risco de se sobrepor à Política
789 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o que colocava o desafio da
790 seletividade na proposição a ser encaminhada pelo Consea. Quanto ao desenho do
791 Programa, considerou que deveria ser remetido à Câmara Interministerial, que
792 poderia buscar a melhor forma de organização das ações, acrescentando que
793 deveria se garantir espaço, entre as propostas, para as ações de comunicação de
794 massa para campanhas mais amplas. A Coordenadora Dulce Cunha manifestou
795 concordância em relação à incorporação das ações de comunicação e esclareceu
796 que o papel da Saúde não ficaria restrito à prevenção de doenças, mas também à
797 promoção da saúde. A Conselheira Regina Miranda complementou, concordando
798 com as preocupações quanto à abrangência da proposta, considerando, porém, que
799 esta ficava longe de se confundir com a Política Nacional de Segurança Alimentar e
800 Nutricional, mesmo tendo interfaces com diversos componentes dessa Política,
801 como o Abastecimento e o Monitoramento, lembrando ainda que cada uma dessas
802 propostas também não se restringia a um ministério, tendo todas elas caráter
803 intersetorial. A Conselheira Christiane Costa relatou que essa mesma dúvida surgiu
804 no debate de Abastecimento, mas a Política Nacional de Segurança Alimentar e
805 Nutricional teria caráter supra-setorial com componentes setoriais. Propôs
806 aprofundar o debate como parte da elaboração da Câmara Interministerial. O



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

807 Conselho Padre Martinho Lenz acrescentou preocupação com a mídia e com a
808 necessidade de acompanhar e apoiar os esforços de regulamentação da
809 publicidade de alimentos. O Presidente do Consea informou sobre a Consulta
810 Pública da Anvisa para essa finalidade, informando que o abaixo-assinado de apoio
811 seria disponibilizado no *site* do Consea. O Conselheiro Ariovaldo Ramos propôs
812 uma análise das interfaces da Política Nacional de Segurança Alimentar e
813 Nutricional com a Política Nacional de Bioenergia, tendo em vista os potenciais
814 impactos da expansão de determinadas culturas como a cana e a soja sobre a
815 produção de alimentos e a agricultura familiar. Com relação a essa proposta, o
816 Presidente do Consea apresentou duas propostas alternativas de encaminhamento:
817 designar grupo para preparar manifestação sobre o tema, a ser apresentada na
818 próxima Plenária; ou fazer o debate com os representantes do órgão nessa próxima
819 Plenária. O Conselheiro Ariovaldo Ramos considerou mais adequado fazer o debate
820 na próxima Plenária e, se necessário, constituir o Grupo nessa ocasião, ficando
821 encaminhada a proposta dessa forma. O Presidente do Consea, finalizando o ponto
822 da pauta relativo à Alimentação Adequada e Saudável, registrou que o trabalho
823 realizado pelo Grupo trouxe elementos muito consistentes para a proposição do
824 Consea ao PPA 2008-2011 e para a Câmara Interministerial. Em seguida, passou
825 ao ponto de pauta relativo ao Planejamento do Consea em 2007, iniciando por
826 apresentar a proposta de que fossem realizadas duas Plenárias até a III
827 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – III CNSAN: uma
828 Plenária no dia 04 de maio de 2007 (instâncias no dia 03/05), tendo como pauta a
829 revisão do documento-base da III CNSAN, o OGU (avaliação da Lei Orçamentária
830 Anual - LOA 2007 e propostas para o Projeto de LOA 2008) e o PPA 2008-2011; e
831 uma Plenária em 05 de junho de 2007 (instâncias no dia 04/06), tendo como
832 pauta: o OGU; o PPA; questões relativas à III CNSAN e a escolha da Comissão
833 Responsável por fazer consulta e indicação da nova composição do Consea. Em
834 seguida, procedeu à apresentação das propostas de programação das instâncias,
835 iniciando pela Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento, com apresentação
836 da Coordenadora, Maria Emília Pacheco: debate de avaliação do PAA, juntamente
837 com o Plano de Safra; levantamento e avaliação das iniciativas dos vários
838 Ministérios relativas à produção agroecológica; retomada dos debates sobre a
839 proposta de Política Nacional de Abastecimento; sem proposta de temas para as
840 Plenárias, a não ser, ainda a avaliar, o debate sobre o Plano de Safra em maio. A
841 coordenadora Sônia Lucena informou que a Câmara Temática 2 – Saúde e Nutrição
842 programou debate sobre o PAT e sobre os resultados das pesquisas que apontaram
843 a redução da desnutrição. A coordenadora Elza Braga, da Câmara Temática 3 –
844 Grupos Populacionais Específicos, informou as seguintes propostas: debate sobre o
845 PPA e o Orçamento à luz do PAC; realização do Seminário de Segurança Alimentar
846 e Nutricional dos Povos Indígenas; debate sobre a proposta de regulamentação dos
847 territórios os povos indígenas e comunidades tradicionais, a ser incluído na pauta
848 da Plenária de Junho; políticas para população de rua e catadores de materiais
849 recicláveis; programas e ações de emancipação no âmbito do MDS; e debate sobre
850 o PAT, possivelmente junto com a CT 2. A coordenadora Azelene Kaingang, da
851 Comissão Permanente 1 – Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas,
852 apresentou as seguintes propostas: realização do Seminário de Segurança
853 Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, nos dias 19 e 20/06/07, visando
854 preparação dos delegados para a III CNSAN; realização do Censo Indígena;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

855 Audiência Pública do Consea e do Ministério Público Federal em Dourados – MS. O
856 Presidente do Consea consultou a Plenária a respeito desta proposta, que foi
857 aprovada por aclamação. O Conselheiro Pedro Kitoko apresentou a programação
858 da Comissão Permanente 2 – Segurança Alimentar e Nutricional das Populações
859 Negras, que incluiu os seguintes temas: regularização fundiária das terras
860 quilombolas, com participação do MDA e da Fundação Cultural Palmares e indo
861 para debate em Plenária; o Monitoramento das ações em Santo Amaro da
862 Purificação – BA; o acompanhamento das Conferências Estaduais preparatórias à
863 III CNSAN, visando qualificar a participação dos segmentos específicos. A
864 Comissão Permanente 3 e 4 –Mobilização Social e Articulação com os Conseas
865 Estaduais propôs dedicar-se às questões relativas à III CNSAN, sem propor outros
866 temas. A coordenadora Delzi Castro, da Comissão Permanente 6 – Direito Humano
867 à Alimentação Adequada, propôs como atividades: elaboração de proposta de
868 mecanismo de exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada, incluindo
869 representantes das demais instâncias do Consea e da Comissão Especial de
870 Monitoramento das Violações do Direito Humano à Alimentação Adequada, do
871 Ministério Público Federal, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da
872 Relatoria DHESC, da ABRANDH e da FIAN, com apresentação da proposta na
873 Plenária de Maio ou de Junho; propôs ainda retomar o debate sobre a Estratégia
874 Saúde na Família e o monitoramento da implementação das recomendações feitas
875 ao PNAE. O Assessor Especial Selvino Heck ponderou pela necessidade de
876 compatibilizar o calendário do Consea com o do Conselho Nacional de Economia
877 Solidária e recomendou avaliar a necessidade de se fazer reunião com duração de
878 dois dias ou então reduzir o número de assuntos previstos para as plenárias. O
879 Presidente do CONSEA acatou a preocupação, ponderando que haveria menos
880 flexibilidade em maio, em função do feriado que haveria nessa semana, mas que
881 poderia se rever a proposta para junho. Aprovada a proposta de programação, o
882 Presidente do Consea deu início ao item da pauta referente aos Encaminhamentos
883 das Instâncias, iniciando pela Câmara Temática 1. A coordenadora Maria Emília
884 Pacheco apresentou proposta de recomendação sobre o Programa de Aquisição de
885 Alimentos, nos seguintes termos: *"O CONSEA tem manifestado o reconhecimento*
886 *da importância do Programa de Aquisição de Alimentos como um programa*
887 *estratégico para a promoção da segurança alimentar, dinamizando a produção da*
888 *agricultura familiar e agroextrativista, a cultura alimentar regional e mercados*
889 *locais e institucionais, dentre eles a alimentação escolar. O exame da previsão*
890 *orçamentária para 2007, evidencia a existência de cortes de recursos, comparados*
891 *à execução de 2006, o que representa o risco de retrocesso do programa. O*
892 *CONSEA entende que este cenário requer uma articulação imediata dos*
893 *Ministérios envolvidos para que haja efetivamente o atendimento à demanda*
894 *reprimida dos segmentos sociais que integram o programa. O CONSEA vem*
895 *reafirmar a necessidade de aprofundarmos o diálogo sobre o estatuto desse*
896 *programa para que ele ascenda à condição de uma verdadeira política pública. O*
897 *CONSEA reforça também a proposta apresentada, no âmbito do documento sobre*
898 *Política Nacional de Abastecimento aprovado pela Plenária em 2006, de ampliação*
899 *do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com alocação de recursos da ordem*
900 *de um bilhão de reais, equivalentes a 10% dos investimentos do PRONAF,*
901 *garantindo arranjo fiscal e financeiro que viabilize o fluxo regular de recursos"* O
902 Presidente Francisco Menezes consulta a Plenária, que aprova a proposta por



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

903 unanimidade. Ainda pela Câmara Temática 1, o Conselheiro Carlos Eduardo Leite
904 apresentou proposta de Recomendação nos seguintes termos: *"O Conselho*
905 *Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional –CONSEA, no uso de suas*
906 *atribuições legais definidas no Artigo 11 da Lei 11.346, de 15 de setembro de*
907 *2006, e no Artigo 2º do decreto 5079, de 12 de maio de 2004, com base em*
908 *proposição apresentada pela Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento;*
909 *considerando que a aquisição de alimentos para o atendimento do PNAE tem*
910 *evoluído nos últimos anos com a incorporação de outros segmentos sociais,*
911 *particularmente as populações tradicionais que hoje são reconhecidas por recente*
912 *legislação; considerando que no interregno da aprovação da proposta de Projeto*
913 *de Lei que trata da Alimentação Escolar, pela plenária do CONSEA, novas leis sobre*
914 *Agricultura Familiar, Povos Indígenas e Populações Tradicionais foram aprovadas,*
915 *expressando reconhecimento pelo Estado da diversidade de segmentos sociais*
916 *presentes nas diferentes regiões do Brasil; e considerando que após a*
917 *apresentação do Projeto de Lei que dispõe sobre o atendimento da Alimentação*
918 *Escolar aos alunos da Educação Básica, o diálogo e a concertação entre o grupo*
919 *gestor do PAA e o FNDE evoluiu para institucionalizar uma modalidade do PAA que*
920 *permite às prefeituras operarem com critérios do PAA, o CONSEA recomenda ao*
921 *Excelentíssimo Senhor Presidente da República que a Proposta de Projeto de Lei no*
922 *Art. 13 mantenha os diferentes segmentos sociais já mencionados, incorporando*
923 *as populações tradicionais conforme consideração acima e acrescente no referido*
924 *Artigo a citação da Lei nº 10.696, no seu Art. 19, que fundamenta a compra de*
925 *alimentos da Agricultura Familiar pelas prefeituras municipais."* O Secretário Onaur
926 Ruano manifestou-se, considerando que essa questão seria tratada pelo Grupo
927 Gestor do PAA, havendo já perspectivas para seu equacionamento. O Presidente
928 do Consea propôs que a Recomendação fosse enviada ao MEC após a Reunião do
929 Grupo Gestor, considerando que o Projeto de Lei do PNAE havia, de fato,
930 demorado muito no âmbito do FNDE, mas que já teria condições de ser
931 encaminhado para a Casa Civil. Como último encaminhamento da Câmara
932 Temática 1, a coordenadora Maria Emília Pacheco apresentou proposta de
933 Recomendação de veto aos dispositivos do *"O Conselho Nacional de Segurança*
934 *Alimentar e Nutricional – CONSEA, no uso de suas atribuições legais definidas no*
935 *Artigo 11 da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, e no Artigo 2º do Decreto*
936 *5.079, de 12 de maio de 2004, com base em proposição apresentada pela Câmara*
937 *Temática 1 – Produção e Abastecimento; considerando que o Projeto de Lei de*
938 *Conversão nº 29, de 2006, que dispõe sobre o plantio de Organismos*
939 *Geneticamente Modificados no entorno das Unidades de Conservação Ambiental,*
940 *recebeu emendas que anistiam a produção de algodão transgênico e que reduzem*
941 *o quórum previsto para liberação comercial da CTNBio – Comissão Técnica*
942 *Nacional de Biossegurança de dois terços para maioria absoluta; considerando ser*
943 *o Brasil o país detentor da maior biodiversidade do planeta, a qual está protegida*
944 *por acordos internacionais e por legislação nacional, especificamente pela Lei nº*
945 *9.985, de 18 de julho de 2000, que institucionalizou o Sistema Nacional de*
946 *Unidades de Conservação – SNUC, e que as alterações originalmente introduzidas*
947 *pela Medida Provisória 327, de 2006, por si só implicam riscos em relação à*
948 *conservação da biodiversidade, à proteção das unidades de conservação e à*
949 *proteção de áreas e espécies nativas, gerando apreensão quanto à possibilidade de*
950 *que sejam produzidos desequilíbrios nos sistemas ambientais; considerando que a*



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

951 *anistia ao plantio de algodão transgênico descumpre os procedimentos de*
952 *aprovação para cultura de Organismos Geneticamente Modificados previstos nas*
953 *seções IV, V e VII do Decreto 5.591, de 22 de novembro de 2005; considerando*
954 *que a redução do quórum para liberação comercial da CTNBio significa o*
955 *comprometimento das atribuições desta Comissão, previstas nas Seções III e IV*
956 *Artigo 9, Parágrafo Único, do Decreto 5.591/2005, e que o CONSEA já se*
957 *pronunciou sobre esta questão na Resolução 06/2006, de 28 de novembro de*
958 *2006; e considerando ainda que a institucionalização dessas medidas fere o Artigo*
959 *225 da Constituição Federal, nos incisos I a VII, que tratam da defesa do meio-*
960 *ambiente, e a Lei 11.105, de 24 de março de 2005, que regulamenta as*
961 *atividades que envolvam organismos geneticamente modificados; RECOMENDA ao*
962 *Excelentíssimo Senhor Presidente da República que sejam vetados os Artigos 3º. e*
963 *4º. do Projeto de Lei de Conversão nº. 29, de 2006". A Recomendação foi aprovada*
964 *por unanimidade. A Conselheira Sônia Lucena, coordenadora da Câmara Temática*
965 *2 – Saúde e Nutrição, apresentou as seguintes propostas de encaminhamentos:*
966 *manifestação, pelo Consea, de apoio formal à proposta de regulamentação da*
967 *propaganda de alimentos da Anvisa e ao Projeto de Lei sobre o tema em*
968 *tramitação da Câmara dos Deputados; maior envolvimento do Consea na questão*
969 *da insegurança alimentar em Dourados – MS, tendo em vista o levantamento feito*
970 *dos vários problemas associados, como o alcoolismo, a violência e o forte*
971 *preconceito existente; e convite ao TEM para enviar representante para tratar do*
972 *Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT durante a próxima reunião da CT*
973 *2. O Presidente Francisco Menezes consultou a Plenária, que aprovou as propostas*
974 *da instância. A Conselheira Elza Braga, da Câmara Temática 3 – Grupos*
975 *Populacionais Específicos, apresentou as seguintes propostas de*
976 *encaminhamentos: garantir a participação dos trabalhadores da saúde indígena na*
977 *III CNSAN; participação de representantes do Consea nos eventos estaduais*
978 *preparatórios com populações específicas; e solicitação de informações, ao MDS,*
979 *sobre a inclusão das populações específicas no Cadastro Único. A Conselheira*
980 *Azelene Kaingang, coordenadora da Comissão Permanente 1 – Segurança*
981 *Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, apresentou as seguintes propostas:*
982 *(1) realização do Seminário com esse segmento, conforme relatado e aprovado no*
983 *ponto de pauta relativo à Programação 2007; (2) solicitação que representantes do*
984 *Consea nas conferências estaduais garantam a eleição de delegados indígenas*
985 *para além das cotas, que não podem ser restritivas mas sim o mínimo garantido*
986 *para a participação desse segmento; (3) apoio do Consea à realização do Censo*
987 *Indígena e participação do Conselho nas gestões para criação do cadastro nacional*
988 *dos povos indígenas, a partir da junção das bases de dados da Funasa e do*
989 *Cadastro Único; (4) oficializar a substituição do representante do Consea na*
990 *Carteira Indígena, entrando Ana Flávia Rocha no lugar de Flávio Valente, e a*
991 *indicação de Ubiratan de Souza Maia como suplente de Azelene Kaingang nessa*
992 *instância. A Comissão Permanente 3/4 – Mobilização Social e Articulação com*
993 *Conseas Estaduais apresentou a avaliação realizada sobre a mobilização nos*
994 *Estados com vistas à III CNSAN, na qual foram identificados como problema*
995 *central os entraves jurídicos e administrativos, com constatação da dificuldade*
996 *para se fazer convocações no início do mandato dos governos estaduais e com*
997 *muitos conselhos com mandatos vencidos, identificando-se a necessidade de*
998 *elaborar orientação para o Artigo 14, parágrafo único do Regimento da III CNSAN,*



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

999 que prevê a possibilidade de convocação pela sociedade civil. Outro problema
1000 identificado, derivado do primeiro, foi o risco de "encurtamento" das conferências
1001 estaduais, dada a precariedade da sua realização, o que comprometeria a
1002 qualidade dos debates. Em função disso, a Comissão reforçou a proposta de envio,
1003 pelo Ministro Patrus Ananias, de um ofício solicitando o apoio dos Governadores.
1004 Adriana Aranha, assessora do Ministro do MDS, ressaltou que o momento era
1005 fundamental para viabilizar os processos estaduais, de forma que os conselheiros
1006 deveriam se empenhar e apoiar esses processos e o Governo Federal, por outro
1007 lado, deveria acompanhar e dar apoio a essas conferências. A Conselheira Sônia
1008 Lucena informou que em alguns Estados, inclusive Pernambuco e Alagoas, deveria
1009 haver pressão do Governo Federal para que os apoios se concretizassem. No caso
1010 de Pernambuco, após várias conversas, o Governo Estadual ainda não havia se
1011 manifestado e, caso não houvesse definição em breve, a sociedade civil iria
1012 convocar e realizar a conferência estadual. Encerrados os encaminhamentos das
1013 instâncias, a observadora Nildes Andrade informou sobre o cronograma da
1014 Conferência Nacional de Saúde, abrangendo as etapas municipal, estadual e
1015 nacional. O Conselheiro Ariovaldo Ramos lembrou a proposta da Secretária
1016 Executiva do MDS de que o Consea se manifestasse contrariamente à proposta de
1017 redução da maioria penal, ao que o Presidente do Consea solicitou que ele
1018 encaminhasse proposta de texto à Secretaria do Consea, que faria o
1019 encaminhamento. A Conselheira Maria Emília Pacheco consignou registro dos
1020 avanços obtidos com a atuação da Conab no primeiro Governo do Presidente Lula e
1021 manifestou preocupação com a continuidade desse trabalho, tendo em vista as
1022 mudanças de equipe em curso no início do novo Governo. Em função disso,
1023 apresentou proposta de que fosse realizado em maio de 2007 o Seminário de
1024 Avaliação do PAA, inicialmente programado para o final de 2006. O Presidente do
1025 Consea considerou que já haviam ocorrido diversas manifestações de preocupação
1026 semelhantes à relatada e encaminhou para que a Câmara Temática 1 preparasse
1027 um documento sobre a questão, a ser encaminhado pela Presidência do Consea. O
1028 Presidente do CONSEA relembrou que a próxima Plenária foi prevista para os dias
1029 3 e 4 de maio de 2007 e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrado os
1030 trabalhos da Plenária, que foi gravada em áudio e transcrita. Lavrou-se a presente
1031 Ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr.
1032 Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento
1033 Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 07 de março de 2007.

Francisco Menezes
Presidente

Patrus Ananias
Secretário